

**SAÚDE, AMBIENTE E TERRITÓRIO: O EXEMPLO DE UMA COMUNIDADE
NO VALE DO RIO DOCE, MINAS GERAIS, BRASIL.**

**HEALTH, ENVIRONMENT AND TERRITORY: THE EXAMPLE OF A
COMMUNITY IN VALE DO RIO DOCE, MINAS GERAIS, BRAZIL.**

**Maria Cecília Pinto Diniz¹, Ivana Cristina Ferreira Santos², Andrea de Souza Monteiro³,
Ranam Moreira Reis⁴, Magda Alves de Oliveira Soares Filha⁵, Thiago Antonio de Oliveira
Freitas⁶, Dilemara de Pinho Damasceno Sellos⁷**

¹Universidade Vale do Rio Doce, Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada de Território/
Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas e Faculdade de Ciências, Educação e Letras,
pdinizfreitas@gmail.com

²Universidade Vale do Rio Doce, Programa de Pós- Graduação em Gestão Integrada de Território,
Faculdade de Ciências da Saúde, fsivana@yahoo.com.br

³Universidade Vale do Rio Doce, Programa de Pós- Graduação em Ciências Biológicas, Faculdade de
Ciências da Saúde, andreamont@gmail.com

⁴Universidade Vale do Rio Doce, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada de
Território, ranamreis@gmail.com

⁵Universidade Vale do Rio Doce, Faculdade de Engenharia, Curso de Engenharia Civil e Ambiental,
Bolsista de Iniciação Científica, magdafilha2@hotmail.com

⁶Universidade Vale do Rio Doce, Faculdade de Engenharia, Curso de Engenharia Civil e Ambiental,
Bolsista de Iniciação Científica, thiago_oliveira09@hotmail.com

⁷Universidade Vale do Rio Doce, Faculdade de Ciências, Educação e Letras, Curso de Pedagogia,
dilemara@gmail.com

RESUMO

As reflexões apresentadas neste artigo são produções de uma pesquisa em desenvolvimento que se propõe a evidenciar o papel central que a Educação Ambiental, com enfoque em recursos hídricos, desempenha na Saúde. A ideia cerne é facilitar a percepção de uma comunidade localizada em um assentamento rural, chamado Cachoeirinha, na cidade de Tumiritinga, no Estado de Minas Gerais, Brasil, acerca de suas próprias questões, colaborando para o desenvolvimento autônomo de estratégias originais e específicas, criando condições favoráveis para o reforço da ação comunitária e facilitando seu engajamento em projetos coletivos. Nosso referencial teórico é a pesquisa-ação. Os resultados iniciais destacam a necessidade de um processo educativo permanente e efetivo com a comunidade, promovendo a construção de conhecimentos e ações coletivas orientadas pelos princípios de sustentabilidade e utilização de recursos hídricos.

Palavras-chave: Saúde; Ambiente; Território

ABSTRACT

The reflections presented in this paper were produced in an ongoing research that aims to highlight the central role that environmental education, focusing on water resources, plays in health outcomes. The main idea developed in this research was to make easy the perception of a community at a rural community in the State of Minas Gerais, Brazil, about their own issues, contributing to the autonomous development of original and specific strategies, creating encouraging conditions for strengthening the community's actions and facilitating their engagement in collective projects. Our theoretical referential was the Action-Research. The initial results of this research emphasize the need for permanent and effective

educational process with the communities, promoting the construction of knowledge and collective actions guided by the principles of sustainability and utilization of water resources.

Key words: Health, Environment, Territory

INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresentamos resultados preliminares de uma investigação em desenvolvimento que se propõe evidenciar o papel central que a Educação Ambiental, com enfoque em recursos hídricos, desempenha na Saúde. A ideia cerne é possibilitar a percepção de uma comunidade localizada em um assentamento rural, chamado Cachoeirinha, na cidade de Tumiritinga, no Estado de Minas Gerais, Brasil, acerca de suas próprias questões, colaborando para o desenvolvimento autônomo de estratégias originais e específicas, criando condições favoráveis para o reforço da ação comunitária e facilitando seu engajamento em projetos coletivos.

O desenvolvimento sustentável busca conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, ou seja, o equilíbrio entre tecnologia e ambiente considerando-se diferentes contextos e diversos grupos sociais na busca da equidade e da justiça social. Assim, a proteção do ambiente e em especial os recursos hídricos tem que ser entendida como parte integrante do processo de desenvolvimento de uma dada região.

No artigo intitulado “Mudança climática global e saúde humana no Brasil” Confalonieri (2008) enfatiza que os fatores estruturais que determinam a vulnerabilidade às mudanças climáticas globais na saúde persistem e só poderão ser reduzidos através de políticas públicas a médio e longo prazo. Estas devem atender aos seguintes aspectos: educação e acesso à informação, geração de emprego e renda, melhoria da habitação, sistema de saúde e controle de endemias, segurança alimentar, uso adequado do solo urbano e saneamento básico.

Para a Agência Nacional de Águas (2005), a implementação de uma política para o setor defronta-se com a necessidade de conhecimentos científicos e tecnológicos em relação aos recursos hídricos, ao mesmo tempo em que depende de formação e capacitação, formal e não formal, de pessoal, em todos os níveis, para fazer face às tarefas que se impõem com a Lei das Águas. Aí deve incluir-se também a Educação Ambiental voltada para a gestão das águas. A demanda na área do desenvolvimento

científico e tecnológico no setor é tão grande, bem como no que tange a capacitação, que estas atividades podem ser consideradas como um instrumento adicional de gestão.

Mas é preciso levar em conta, conforme destaca Sauv  (1997), a necessidade de definir com qual classifica  de educa  ambiental trabalhamos. Nossa proposta diz respeito a educa  *a partir* do meio ambiente, considerando os saberes tradicionais e originários que partem do meio ambiente, as interdependências entre as sociedades humanas, a economia e o meio ambiente; a simultaneidade dos impactos nos  mbitos local e global; uma revisão dos valores,  tica, atitudes e responsabilidades individuais e coletivas; a participa o e a coopera o; o pensamento altruísta, que considera a diversidade dos seres vivos, os territórios com sua capacidade de suporte, a melhoria da qualidade de vida ambiental das presentes e futuras gera es; os princípios da incerteza e da precau o.

Somos cientes de que “a educa o ambiental não   neutra, mas ideológica.   um ato político, baseado em valores para a transforma o social”, segundo o princípio no 4 do *Tratado de Educa o Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Social*.

Nosso objetivo então   promover e divulgar o conhecimento do uso sustentável da água com a participa o da comunidade, favorecendo a compreensão do uso integrado e eficiente, contribuindo assim, para a forma o de cidadãos participativos.

Definiu-se como modelo educativo norteador deste estudo o "empoderamento" e a a o coletiva. Este modelo encoraja o uso de aprendizagem participativa e sua proposta está de acordo com a orienta o humanística da Educa o a qual tem como concep o central, a ideia defendida por Carl Rogers (1971), de que 'o homem   arquiteto de si mesmo'.

O empoderamento   definido como um processo pelo qual as pessoas desenvolvem habilidades, compreensão e consciência sobre dada questão, as levando a agir baseadas em uma escolha racional. Neste, o aprendiz   ativamente encorajado a participar no programa de aprendizagem, a explorar os seus próprios valores e crenças e desenvolver uma compreensão dos fatores sociais e sua posi o na sociedade que afetam as suas escolhas. Trata-se de uma abordagem centrada no indivíduo que auxilia as pessoas a se tornarem mais confiantes em si mesmas, a qual deve ser seguida por processos de decisão e a o que afetam o dia a dia das pessoas, ampliando a sua participa o social. Além disso, favorece o diálogo e a troca de saberes contribuindo para o aumento de conhecimento e o desenvolvimento de habilidades pessoais. Como

sugere Freire (1996): "Quando se compreende a realidade, pode-se desafiá-la e procurar possibilidades de soluções. O homem deve tentar transformar a realidade para ser mais".

METODOLOGIA

Para o desenvolver da pesquisa, temos como referencial teórico/metodológico a Epidemiologia Popular e Pesquisa Participativa Baseada na Comunidade. Procuramos estimular o desenvolvimento da comunidade pesquisada a partir de suas próprias bases e potencialidades, incentivando o “desenvolvimento autônomo”, através do empoderamento conferido a esta comunidade ao se envolver na reflexão de seus próprios problemas e identidade. A proposta, portanto, é incluir o grupo pesquisado no próprio processo da pesquisa, outorgando a ele o poder de sujeito da reflexão do problema e de protagonista da ação que irá enfrentar.

A coleta de dados se efetiva em duas etapas: quantitativa, utilizando: (1) questionários de indicadores sociais, econômicos, demográficos dos moradores e as características básicas do domicílio; (2) avaliação do nível de conhecimento das pessoas quanto à qualidade da água usada ou consumida; (3) análises da água de consumo humano e múltiplos usos; (4) avaliação da percepção das pessoas quanto a sua saúde. Já na etapa qualitativa, optou-se pelo emprego das técnicas de observação participante, grupos focais e oficinas, segundo metodologia proposta por El Andaloussi (2004); Oliveira & Oliveira (1986); Pichon-Rivière (1998).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como se observa à simples leitura do objetivo proposto, neste tipo de pesquisa importa a participação de diversos tipos de atores sociais, o uso de métodos e procedimentos considerados adequados à realidade observada, a mobilização social para construir conhecimentos capazes de fortalecer a comunidade-alvo no que se refere ao seu poder de autonomia, atitude crítica, capacidade de gerir seus problemas e dar solução ao projeto de construir um ambiente saudável para uma melhor condição de vida.

O Assentamento Cachoeirinha teve o início de sua organização em janeiro de 1992, com a colaboração do Conselho da Igreja Católica do município de Tumiritinga e do Centro Agroecológico Tamanduá (CAT). Depois de mais de 20 anos possuem vasta história do processo de ocupação e formação do assentamento. Estão localizados às margens do Rio Doce, na cidade de Tumiritinga, que assim como outras áreas da Bacia do Rio Doce, mostra que os processos de ocupação e crescimento econômico,

concentrados principalmente nos últimos 50 anos, aconteceram de uma forma totalmente desordenada, sem levar em conta os possíveis reflexos futuros (CBH - DOCE, 2013).

Diferentes autores do campo dos Estudos Territoriais enfatizam que a relação com o ambiente, com a produção, com o trabalho, com os modos de organização política, com os processos de gestão, com a cultura, com as tecnologias, com os artefatos, com a terra (e sua luta por ela) são constituintes do Território (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2004; SAQUET, 2007a; 2007b, FERNANDES, 2008). Ainda em fase de coleta e desenvolvimento das ações, o contato com o campo de pesquisa vem nos mostrando como esses elementos são constitutivos do Assentamento Cachoeirinha em sua luta pela preservação da terra e sobrevivência nesse espaço.

O Assentamento possui uma área de 408,0844 ha., num perímetro de 10.001,10 metros e está localizado a apenas 2 Km da sede do município. Atualmente existem 33 famílias assentadas, mas apenas 31 foram contempladas com lotes fora da área coletiva, uma vez que dois lotes destinados a esse Assentamento são controlados por trabalhadores ligados Movimento Sem Terra – MST. Nesses lotes existem atualmente cerca de 86 casas, desde as mais antigas como novas e em construção (Figura 1, 2 e 3), o que mostra que as primeiras famílias hoje já formaram descendentes.



Figura 1: Casa antiga do Assentamento Cachoeirinhas, Tumiritinga, MG. 25/09/13



Figura 2- Casa mais nova do Assentamento Cachoeirinha, Tumiritinga, MG. 25/09/13



**Figura 3- Casa em construção no Assentamento Cachoeirinha, Tumiritinga, MG.
25/09/13**

Na região onde se localiza o Assentamento não existem Unidades de Conservação, nem reservas indígenas e predomina a atividade agropecuária, com ênfase na pecuária extensiva e na produção de grãos, principalmente feijão, arroz e milho, porém em precário estágio de modernização tecnológica. Recentemente vem produzindo hortaliças para comercialização interna no assentamento e externa, distribuídas principalmente para as escolas do município.

Em setembro de 2013 (início do projeto), a equipe de pesquisa reuniu-se com líderes da comunidade e alguns moradores para discutir a realização do trabalho. Esse procedimento foi fundamental para garantir a ampla participação dos envolvidos no projeto (moradores, profissionais e políticos). O projeto, ao propor um processo de produção de conhecimento que contribua para maior autonomia da comunidade, incluiu, além de estudos quali-quantitativos, ações de interlocução política e profissional (técnicos e pesquisadores) que possibilitam atingir os objetivos planejados.

Estas primeiras reuniões já mostraram que no assentamento, a vertente política, referente às relações de espaço-poder institucionalizadas, comparece nos embates cotidianos com o poder público municipal na demanda apresentada pelos assentados de apoio às atividades de manutenção da terra e da fixação dos sujeitos no campo (espaço delimitado, organizado e controlado pelo Estado); nas diferentes instâncias de representação em reuniões, associações, sindicatos, nas quais um dos líderes comunitários se envolve com os seus pares, homens e mulheres do campo; nas diferentes estratégias utilizadas para a sobrevivência e que desafiam o estabelecido por indústrias, governos, ordenamentos legais, como por exemplo a estratégia encontrada de venda do leite para a comunidade e para as escolas a partir de acordos firmados.

Constata-se, uma articulação entre a vertente política e a vertente econômica, na qual o território só existe quando se constitui como fonte de recursos, incorporado no

debate entre os atores sociais das comunidades rurais, comunidades urbanas e políticos locais, representantes que desafia a comunidade em sua opção pela terra e pela vida no campo.

Se por um lado o território é uma fonte de recursos (HAESBAERT, 2004), por outro lado, o esgotamento desses promove deslocamentos para a cidade em busca de trabalho, especialmente das mulheres e dos jovens. Há assim, uma mobilidade cotidiana que articula cidade e campo, estabelecidos na relação trabalho, subsistência e conservação da terra, posto que os ganhos financeiros são utilizados para a própria sobrevivência no e do campo.

Ao buscarmos, no processo de pesquisa, identificar as questões territoriais que desafiam a comunidade uma que nos parece central é a preservação ambiental, como o foco específico na água e um dos problemas identificados que impactam essa preservação é a degradação que desafia não só este assentamento, mas a sociedade atual (Figura 4 e 5). Os principais problemas relatados pelos moradores referem-se ao uso e à utilização da água para irrigação, à falta de proteção do manancial, aos problemas estruturais relacionados à saúde, emprego, renda e educação.



Figura 4- Vista do Rio Doce com bomba de irrigação no Assentamento Cachoeirinha, Tumiritinga, MG. 25/09/13.



Figura 5- Vista de lote do Assentamento Cachoeirinha, Tumiritinga, MG. Irrigação de plantação de milho e feijão. 25/09/13

Todas as casas (86) do assentamento foram visitadas e de acordo com os dados obtidos com representantes de 65 destas, residem no Cachoeirinha cerca de 270 moradores. O censo do assentamento não pôde ser atingido, pois em cerca de 21 casas não foram encontrados moradores ou não quiseram do estudo participar. Vale ressaltar que dos 31 lotes do assentamento, somente em 03 não houve adesão à pesquisa e dos 28 participantes, uma média de duas casas em cada nos receberam. Análises dos indicadores sócio-econômicos nos apontarão as características dos domicílios (inclusive as relacionadas à utilização de água), educação, nupcialidade, trabalho, rendimento, fecundidade e mortalidade.

Dos mesmos representantes, estamos analisando o nível de conhecimento quanto a qualidade da água usada ou consumida. Sem nem mesmo finalizar, já é possível perceber problemas que versam sobre principalmente a captação da água usada nos lotes, as formas de uso deste recurso, além das relativas a potabilidade e outros quesitos que avaliam a qualidade da água de múltiplos usos da região.

A análise da água de consumo humano e múltiplos usos também vem sendo processadas e analisadas no Laboratório de Microbiologia da UNIVALE. Foram quatro os tipos de coleta definidos neste estudo - água de consumo humano (colhidas diretamente de potes de barro, filtros de cerâmica, garrafas pet, torneira ou depósitos plásticos, procedentes de Rede Pública de Abastecimento e/ou poços artesianos, poços rasos e fontes naturais); água de uso doméstico (para cozinhar, preparar alimentos, regar plantas, tomar banho e outros usos domésticos, procedentes de Rede Pública de Abastecimento ou armazenada em tanques de cimento, caixas ou depósitos plásticos); água de consumo animal e de uso em hortaliças (colhidas em açudes, poços, valas ou diretamente das mangueiras de irrigação). As análises microbiológicas vem utilizando a Determinação do Número Mais Provável (NMP) de Coliformes totais e termotolerantes (APHA, 1998, 2005). Já é possível afirmar a contaminação de algumas das amostras coletadas por agentes patogênicos que representa risco importante para a saúde de qualquer ser humano. Vários estudos mostram que tem havido um número incontável de surtos resultante da exposição à água não tratada ou inadequadamente tratada (RITTER et al. 2002; CRAUN et al. 2003; CASALI, 2008). Outros indicam uma estreita relação entre saneamento e saúde pública, contudo há pouca informação sobre saneamento e incidência de doenças de veiculação hídrica nas comunidades rurais no Brasil (ROCHA et al. 2006). A esse respeito, reafirma-se a importância do estudo, com vistas à proteção da saúde.

As reuniões com os moradores e líderes terão início no mês de abril de 2014, quando serão apresentados os resultados quantitativos da pesquisa. A reflexão sobre a importância do controle e da vigilância da qualidade da água fornecida para a população e para os demais usos, a busca de estratégias de gestão no assentamento e de cobrança de responsabilidades para com o poder público, além do levantamento de percepção das pessoas quanto a sua saúde e todo o conhecimento partilhado resultará na elaboração de uma matriz de impactos ambientais sobre a saúde, contendo a descrição, causas, consequências e propostas de solução dos problemas apontados. Essas planilhas, depois de aprovadas pelo grupo local serão apresentadas aos gestores do município.

Prevê-se ainda, como parte do projeto de pesquisa, cursos de atualização, práticas nos lotes e produção de materiais educativos. A observação, a presença regular da equipe de pesquisa durante mais de 6 meses e a interação com os moradores do assentamento Cachoeirinha foram determinantes para consolidar relações de confiança, convívios harmônicos e perceber o interesse dos envolvidos em aprofundar conhecimentos sobre gestão técnica de hortas e água e saúde.

Assim temos que a educação ambiental, realizada neste ambiente não formal de ensino, configura-se como uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade da vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Loureiro (2002), a real transformação do quadro de crise estrutural e conjuntural em que vivemos na questão do meio ambiente faz da educação ambiental um elemento estratégico na formação de uma ampla consciência crítica das relações sociais e de produção que situam a inserção humana na natureza.

O território aqui analisado, nos apresenta muito mais do que uma extensão geométrica, constituindo-se como resultado do acúmulo de situações históricas, ambientais, sociais e também situações promotoras de condições particulares para a produção de doenças (MONKEN e BARCELLOS, 2005). Assim, reconhecê-los tornou-se condição *sine qua non* para caracterizar a população e seus problemas.

Os problemas ambientais e seus impactos na saúde observados nessa pequena comunidade não diferem, em sua essência, daqueles registrados em outros semelhantes apresentados na literatura consultada. O que pode ser considerado como referência para

outras localidades é a escolha da metodologia, a forma de aplicação, a discussão e a busca de soluções para os problemas existentes e, especialmente, a incorporação do ator político no processo de interação com a comunidade.

É, portanto, nos espaços educativos que esta pesquisa se propõe a construir, pois acreditamos ser possível a partilha de vivências e aprendizagens, dessas mulheres e desses homens no campo e em sua luta para preservá-lo, bem como as articulações que se estabelece com os espaços urbanos pela proximidade deste assentamento com a cidade e que acentua, certamente, as questões ambientais. Acreditamos nas potencialidades da reflexão coletiva sobre histórias de vida, luta, trabalho e questões que desafiam esta comunidade específica. São mulheres e homens que educam a si mesmas/os, se transformam e transformam o mundo, e dessa maneira assumem “[...] uma forma nova de estar *sendo*; já não podem atuar como atuavam; já não podem permanecer como *estavam sendo*” (FREIRE, 1993, p.54, grifos nossos). Nesse processo de transformação certamente, nós enquanto, pesquisadoras e pesquisadores estaremos implicados.

Um importante desafio é o de dar concretude aos conceitos que estamos estudando por meio de uma prática concreta, que se dá nos territórios. Tanto as propostas de políticas, programas e projetos, quanto a literatura especializada destacam o território como categoria central. Com efeito, toda investigação ou formulação parte de um território vivo, de uma territorialidade, entendida como o conjunto de valores e de práticas referidos a determinado espaço e em determinado tempo e que caracterizam a sua produção social, que se dá a partir e sobre uma realidade particular onde os vetores da racionalidade dominante entram em embate com a emergência de outras formas de vida, o que exige projetos e ações que sejam capazes de compreender e, conseqüentemente, de transformar as práticas sociais referidas a territórios, produzindo autonomia individual e coletiva.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS, 2005. Disponível em <<http://www.ana.gov.br/gestaoRecHidricos/TecnologiaCapacitacao/default2.asp>>. Acesso em 29 jun. 2005.
- CASALI, C.A. **Qualidade da água para consumo humano ofertada em escolas e comunidades rurais da região central do Rio Grande do Sul**. 173 p. Dissertação, 2008 (Mestrado) Univ. Santa Maria-RG.
- CBH – DOCE. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.: **CBHRioDoce**. Governador Valadares, 2013. Disponível em <<http://www.riodoce.cbh.gov.br>>. Acesso em 01 maio. 2013.

- CRAUN, G.; FROST, F.; SOBSEY, M. et al. **Virulence Factor Activity Relationships for Assessing the Potential Pathogenicity and Public Health Risk of Waterborne Microorganisms**. Unpublished report submitted to the Office of Water, US Environmental Protection Agency, Washington, DC. 2003.
- CONFALONIERI, U.E.C. Mudança climática global e saúde no Brasil. **Parcerias Estratégicas**. Brasília. v.27. p.323-349. 2008.
- EL ANDALOUSSI K. **Pesquisas-Ações: ciências, desenvolvimento, democracia**. Tradução de M Thiollent. São Carlos: EdUFSCar, 2004.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 21ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- FERNANDES, B.M. Entrando nos territórios do Território. In Paulino, E.T. & Fabrini, J.E. (Org.) **Campesinato e Território em disputas**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LOUREIRO, C.F.B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C.F.B (org). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez.2002. p.69-98.
- MONKEN, M; BARCELLOS, C. Vigilância à saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. **Cadernos de Saúde Pública**, v.10, n.2, p.333-345, 2005.
- OLIVEIRA, R.D.; OLIVEIRA, M.D. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, C.R. (org). **Pesquisa Participante**. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 17-33.
- PICHO-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RITTER, L.; SALOMÃO, K.; SIBLEY, P. et al. Sources, pathways, and relative risks of contaminants in surface water and groundwater: a perspective prepared for the Walkerton inquiry. **Journal Toxicology Environmental Health**, v.11; n.65 (1) p.1- 42, 2002.
- ROCHA, C.M.B.M.; RODRIGUES, L.S.; COSTA, C.C. et al. Avaliação da qualidade da água e percepção higiênico-sanitária na área rural de Lavras, Minas Gerais, Brasil, 1999-2000. **Caderno Saúde Pública**, v.22, n.9, 2006.
- SAQUET, M.A. **Abordagens e concepções do Território**. São Paulo: Expressão popular, 2007b.
- SAQUET, M.A. As diferentes abordagens do território e apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n.43, p. 55-76, jan./jun. 2007a.
- SAUVÉ, L. **Pour une éducation relative à l'environnement**. 2. ed. Montreal : Guérin, 1997.
- TRATADO de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. 1992. Disponível em <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso 20 ago 2011.
- ROGERS, C.R. **Liberdade para Aprender**. 2. ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1971.